

ALEXANDRE BARBALHO

POLÍTICA CULTURAL

COLEÇÃO
POLÍTICA E
GESTÃO
CULTURAIS

SECRETARIA DE
CULTURA



COLEÇÃO
POLÍTICA E GESTÃO CULTURAIS

POLÍTICA CULTURAL

ALEXANDRE
BARBALHO

SECRETARIA DE
CULTURA



TERRA DE TODOS NÓS

PENSAR, AGIR E ORGANIZAR O CAMPO DA CULTURA

Desde o início do Governo Lula no Brasil e do Governo Wagner na Bahia o campo da cultura vem passando por um relevante processo de organização e institucionalização. O campo cultural no país e no estado tem historicamente uma organização e uma institucionalização frágeis. Diversos fatores contribuem para esta fragilidade, dentre eles cabe destacar: o autoritarismo vigente em diversos momentos; a ausência de políticas culturais e a própria complexidade do campo e dos agentes culturais.

O panorama começa a mudar a partir de Gilberto Gil no Ministério da Cultura. A construção da Conferência Nacional de Cultura; do Plano Nacional de Cultura e do Sistema Nacional de Cultura são marcos emblemáticos do processo de mudança. Eles exigem conferências, planos e sistemas estaduais e municipais. Eles implicam na constituição de conselhos, colegiados, fundos e outros dispositivos. A ampliação da institucionalidade impacta e exige uma maior e melhor organização do campo da cultura e de seus agentes no Brasil e na Bahia.

Um dos requisitos essenciais para a vitalidade da institucionalização e da organização é a formação qualificada dos agentes culturais. Sem isto, sistemas, planos, fundos, espaços de participação, entidades representativas, gestão e políticas culturais correm grande risco e perigo. Nesta perspectiva, é dever de todos, ampliar e qualificar a formação no campo da cultura. Aliás, esta tem sido demanda recorrente em todas as conferências de cultura. Esta coleção, inscrita na política de formação e qualificação em cultura desenvolvida pela Secretaria Estadual de Cultura da Bahia, busca colaborar com as transformações em curso no campo da cultura.

ANTÔNIO ALBINO CANELAS RUBIM
SECRETÁRIO DE CULTURA DO ESTADO DA BAHIA

Caro(a) leitor (a),

Você tem em mãos uma coleção composta por 10 cartilhas temáticas, elaboradas por professores, pesquisadores, estudiosos e gestores da cultura, que foi realizada com um objetivo muito claro: permitir o acesso a informações e conceitos fundamentais ao campo da cultura atualmente.

Desde 2003, em todo o país, foi iniciado um processo de organização do campo cultural em termos de políticas e gestão. A Bahia integrou este movimento a partir de 2007 com a criação de um órgão exclusivo dedicado à cultura, a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. Desde então, dirigentes, gestores, produtores e todo e qualquer agente cultural foram convocados a arregaçar as mangas e participarem deste processo de reconhecimento da importância da cultura para o desenvolvimento humano, cidadão e econômico no nosso estado.

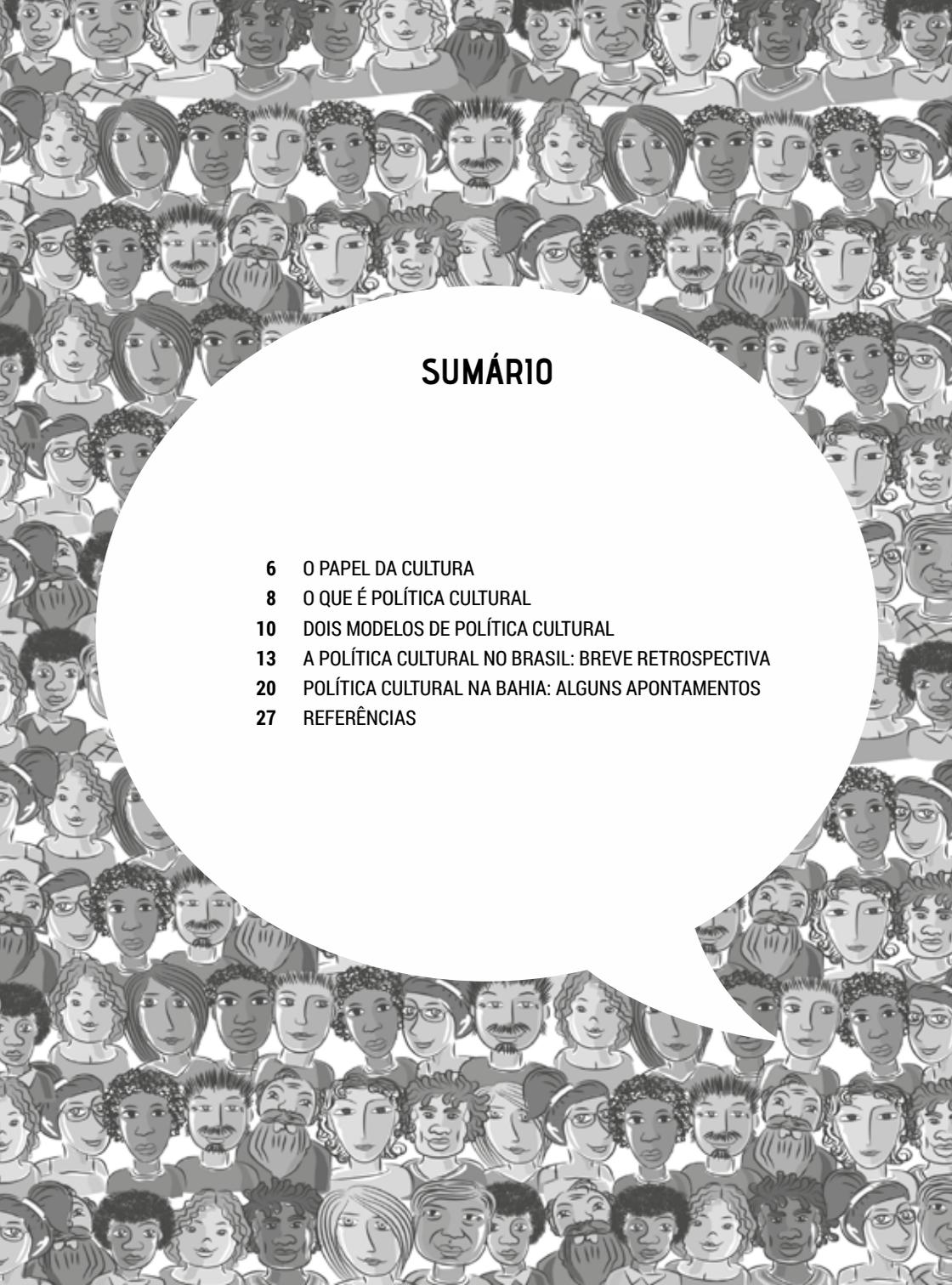
Estas cartilhas são mais um instrumento de disseminação de informações cruciais para a compreensão e a atuação no campo cultural. Com uma abordagem objetiva e introdutória, você, leitor(a), poderá se apropriar de temas como: Política Cultural; Legislações Culturais; Sistemas de Cultura; Planos de Cultura; Conselhos de Cultura; Fomento à Cultura; Participação, Consulta e Controle Social da Política Cultural; Gestão Cultural; Redes e Consórcios; e Território e Identidade.

Esta coleção ainda foi criada em formato de maleta para que essas cartilhas possam andar juntas, já que contêm informações que se complementam. Mas também, para garantir a mobilidade desses conteúdos que podem ser levados, consultados, discutidos onde haja alguém interessado em contribuir para a política e a gestão culturais.

Tenha uma boa leitura!

TAIANE FERNANDES S. DE ALCÂNTARA
SUPERINTENDENTE DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DA CULTURA





SUMÁRIO

- 6 O PAPEL DA CULTURA
- 8 O QUE É POLÍTICA CULTURAL
- 10 DOIS MODELOS DE POLÍTICA CULTURAL
- 13 A POLÍTICA CULTURAL NO BRASIL: BREVE RETROSPECTIVA
- 20 POLÍTICA CULTURAL NA BAHIA: ALGUNS APONTAMENTOS
- 27 REFERÊNCIAS



O PAPEL DA CULTURA

Nos dias atuais, a cultura desempenha diferentes papéis na sociedade. Ela pode ser vista sob diferentes perspectivas e considerada em diferentes dimensões (simbólica, política e econômica).

Durante muito tempo, quando se falava em “cultura” normalmente estava-se referindo à esfera das artes e do patrimônio. Com o passar do tempo o conceito de cultura foi sendo ampliado, incorporando outros segmentos para além dos tradicionais. Numa perspectiva ampla e inclusiva, o texto-base da II Conferência Nacional de Cultura enxerga a cultura humana como “o conjunto de modos de viver, que variam de tal forma que só é possível falar em culturas, no plural.” Pensar em **“Culturas no plu-**

ral” implica em reconhecer a diversidade das manifestações e valorizar os diversos sotaques, valores, crenças, festas e práticas, que caracterizam os diferentes grupos que constituem o Brasil.

Pensar na dimensão política da cultura significa considerar o Art. 215 da Constituição Brasileira de 1988, que afirma que “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais.” Com isso a Constituição faz duas afirmações que merecem destaque: em primeiro lugar, ver na cultura um direito e, em segundo, postular a legitimidade de intervenções do Estado no campo da cultura. Sendo assim, a ideia da **cultura como um direito** deve formar a base para políticas públicas de cultura no nosso país.

O **papel econômico** da cultura é estratégico, o que fica claro quando pensamos nos grandes lucros obtidos com a comercialização de bens simbólicos produzidos pelas indústrias culturais, como livros, filmes, músicas, vídeos, incluindo aqueles que resultam das mais recentes tecnologias digitais, como aplicativos audiovisuais para celulares.

Uma outra forma de compreender o papel econômico da cultura hoje em dia é perceber o valor simbólico agregado a produtos que de forma imediata não seriam considerados como “culturais”, como carros e eletrodomésticos, por exemplo. Hoje, têm mais valor os produtos/mercadorias customizados e mais caros, que agregam diferencial ao seu consumidor, que resultam em distinção social. São produtos desenvolvidos por publicitários, designers, artistas gráficos etc. e que possuem um “estilo” ou um “conceito” próprios, que os diferencia dos demais.

O reconhecimento da importância deste papel econômico da cultura, fez surgir em países como a Inglaterra e a Austrália, um Ministério da Indústria Criativa. Esta iniciativa começa também a ganhar espaço no Brasil, que criou, na gestão de Ana de Hollanda no Ministério da Cultura, a Secretaria da Economia Criativa.

De acordo com o Plano da Secretaria de Economia Criativa do Ministério da Cultura, a **Economia Criativa** “compreende as dinâmicas dos ciclos de criação, produção, distribuição e consumo/fruição de bens e serviços criativos oriundos dos setores criativos, cujas atividades produtivas têm como processo principal um ato criativo gerador de um produto, bem ou serviço, cuja dimensão simbólica é determinante do seu valor, resultando em produção e riqueza cultural, econômica e social” (MINC, 2012). Neste contexto, os Setores Criativos não se restringem apenas às artes e patrimônio, contemplando também outros segmentos como gastronomia, moda, design etc.

Outro papel, ao lado do econômico, que a cultura tem desempenhado recorrentemente nos dias atuais é o de funcionar como instrumento privilegiado para viabilizar a **“inclusão social”**. Programas e ações sustentadas em práticas artístico-culturais são implementadas por organizações da sociedade civil e por governos para que parcelas da população, que podem oferecer riscos ao restante da sociedade (ou seja, entrar no âmbito da criminalidade), encontrem um “sentido para suas vidas”. A cultura tem sido fundamental para a governabilidade e a promoção da coesão social, uma vez que os governos não têm conseguido controlar as contradições sociais por medidas políticas e/ou econômicas. Deste modo, financiadores e instituições culturais correm atrás da utilidade da cultura entendida como investimento (no) social.



O QUE É POLÍTICA CULTURAL

Uma política cultural é um conjunto mais ou menos coerente de princípios (conceitos e diretrizes), objetivos (onde se quer chegar), estratégias (como alcançar os objetivos projetados), os meios necessários e as ações a serem realizadas (os programas e projetos concretos). Importante frisar que deve haver uma lógica entre as partes do conjunto – é esta lógica que dá sentido a uma política cultural.

Dito isso temos que nos perguntar qual a função das políticas culturais? Em primeiro lugar, desenvolver o setor cultural, ou seja: fortalecer a produção, a difusão e o consumo cultural, corrigir distorções, resolver os problemas detectados no diagnóstico (afinal um diagnóstico deveria sempre anteceder à definição de objetivos, uma vez que somente conhecendo os problemas e as necessidades existentes é possível definir metas). A cultura é, portanto, a finalidade última das políticas culturais.

Alguns autores, como Néstor García Canclini, afirmam que as políticas culturais devem “obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social” e que têm como função maior satisfazer as necessidades da população.

Isto é de grande importância em um regime democrático, mas nos leva a uma questão complicada: quem define as necessidades da população? Quando falamos em política cultural, não estamos nos referindo apenas a uma relação administrati-

va organizada e centralizada por parte do governo sobre a cultura, mas, sim, como situa Eduardo Nivón Bolán ao “interesse e a tensão existentes entre o poder político e o campo da cultura e da arte” (BOLÁN, 2006, p. 54). A política cultural resulta das disputas e do jogo político no âmbito da cultura. A definição do “quê”, “quem”, “como” e “para quê” de uma política cultural depende das estruturas de poder e das relações sociais que vigoram em determinado momento em um espaço específico, seja um município, seja um estado, seja uma nação.

“ toda reflexão sobre política cultural se refere, em última instância, ao exercício do poder e à tomada de decisões do Estado ou dos agentes sociais

(BOLÁN, 2006, p. 19)

Esta colocação de Bolán nos leva às disputas por poder que são característicos da esfera política. Isso torna importante perguntar quem são os **agentes das políticas culturais** e qual a relação entre eles. Durante muito tempo política cultural era praticamente sinônimo de intervenções dos poderes públicos e, sem dúvida, o Estado é um ator privilegiado (não por acaso citamos a Constituição de 1988), mas, não é o único. Alcindo Gonçalves explica que “o fenômeno da globalização [...] impulsionou [...] a discussão sobre os novos meios e padrões de articulação entre indivíduos, organizações, empresas e o próprio Estado, deixando clara a importância da governança em todos os níveis.” Teixeira Coelho refere-se a “Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários”. Ao se referir explicitamente às “entidades privadas” como agentes das políticas culturais, o autor chama a atenção para um aspecto importante: com a ascensão do pensamento neo-liberal em todo o mundo, houve uma tendência de retração do Estado e transferência de parte de suas responsabilidades para o mercado, o chamado “Estado-mínimo”.

Saiba mais na cartilha “Fomento à cultura”

Diversos outros autores, além de Teixeira Coelho, incluem também a sociedade civil como agente de políticas culturais, o que reflete, por um lado, a utilização de um conceito ampliado de cultura (em substituição à noção restrita e elitista que reduz a cultura às artes institucionalizadas e ao patrimônio histórico, tratadas por “especialistas”) e, por outro, o reconhecimento da legitimidade da atuação das organizações civis.

Para ser uma política pública, diz ainda Bolán, a política cultural deve ser o “resultado de um conjunto de acordos sociais e políticos sobre os objetivos e necessidades que deve atender”.

Saiba mais na cartilha “Participação, Consulta e Controle social” e “Conselhos de Cultura”



DOIS MODELOS DE POLÍTICA CULTURAL

Estabelecidas as bases mínimas da noção de “política cultural”, vamos agora observar a sua efetivação prática. Poderíamos pensar o modelo de política cultural dos Estados Unidos como paradigmático daquele pautado pela lógica do mercado (“divertimento”) e o da França como paradigma da presença do Estado assegurando determinados valores culturais (“progresso”). São duas experiências que, longe de serem exclusivas dessas nações, influenciam vários países, inclusive o Brasil, daí a importância de termos um olhar sobre elas.

Há uma disposição da **política norte-americana** em separar o Estado da produção de bens simbólicos, bem como de não discriminar tais bens. Antes de 1930, há pouco o que se falar sobre a presença do governo norte-americano na cultura. Apenas com a crise do capitalismo naquela década, foram estabelecidas ações voltadas para as artes com objetivo de dar ocupação e renda para os milhares de artistas desempregados. No período do pós-guerra, tanto para opor um modelo liberal à política cultural comunista, quanto para intervir no melhoramento social, foram

criadas pelo presidente Lyndon Johnson em 1965 a Fundação Nacional para as Artes e Humanidades (National Foundation on the Arts and Humanities), que incluía o Fundo Nacional das Artes (National Endowment for the Arts - NEA), o Fundo Nacional de Humanidades (National Endowment for the Humanities - NEH) e o Conselho Federal para as Artes e Humanidades (Federal Council on the Arts and Humanities).

O crescimento que o NEA alcançou desde o período de sua criação entrou em crise na década de 1990. Em detrimento de uma política cultural minimamente promovida pelo governo, o avanço dos setores conservadores e do ideário neoliberal fortaleceu a relação com as empresas e o terceiro setor. Na realidade, tal relação, materializada por meio de fundações nas mais diversas áreas (saúde, educação, cultura, ciência etc), é histórica nos EUA, configurando uma de suas peculiaridades socioculturais e políticas.

Além das grandes e conhecidas fundações (Rockfeller, Ford etc), existem outras 62 mil organizações do gênero atuando nos Estados Unidos. Destas, no mínimo mil intervêm regularmente e segundo seus interesses no campo cultural com um montante de 3,6 milhões de dólares anuais, ocupando a cultura o quarto lugar na preocupação dos filantropos, atrás da educação, saúde e serviços sociais. A atuação das fundações organiza-se como um “sistema original de financiamento” que aos poucos foi se profissionalizando, tomando formato de política e fomentando ações culturais (MARTEL, 2006).

Para entender essa atuação, é preciso compreender que estas instituições não lucrativas e de fins públicos são um ótimo negócio, porque, entre outras razões, por detrás da filantropia existe uma política fiscal como política pública. Daí que uma grande parte do que poderia ser feito por iniciativa pública governamental é repassada para indivíduos e fundações por meio de incentivos, reduções e exonerações fiscais. A área da cultura, em particular, está quase que inteiramente submetida a essa lógica. Assim, é possível dizer que, em grande parte, a política cultural norte-americana é uma política fiscal.

A **França** criou em 1959 no governo de Charles de Gaulle, o primeiro Ministério da Cultura de que se tem notícia. O primeiro artigo do decreto que institui o Ministério afirma que sua missão é “tornar acessível as obras capitais da humanidade, iniciando pelas da França, ao maior número possível de franceses”, bem como “assegurar a mais vasta audiência ao nosso [francês] patrimônio” e “favorecer a criação de obras de arte e do espírito que enriquecem” (DJIAN, 2005, p. 17).

A política cultural francesa teve a capacidade de aglutinar personagens políticos com ideias e aspirações não apenas diferentes, mas contraditórias. Isso foi possível porque desde os anos 1950 a cultura atuava como uma espécie de bandeira sob a qual se abrigavam políticos de esquerda e de direita, todos engajados nos debates democráticos nos quais as questões da arte, do pensamento e do lazer, entre outras, ocupavam um lugar central.

Essa orientação marca toda a década de André Malraux, primeiro Ministro da Cultura francês, bem como as gestões seguintes, e só sofre alterações no sentido de ampliá-la nos anos 1980, período que Jack Lang torna-se Ministro da Cultura, durante o governo socialista de François Mitterrand. Nesse contexto, a noção de cultura passa a significar “a diversidade, a expressão do talento, as práticas artísticas ou a capacidade de invenção” (DJIAN, 2005, p. 18). Na

sua longa passagem no Ministério, Lang incorporou setores que até então não tinham sido considerados como relevantes para o campo cultural como a moda, os quadrinhos, o jazz etc. Durante os anos de governo Mitterrand, mais do que agregar

outras expressões culturais, a cultura parecia ela própria se associar a todos os aspectos da vida social e envolver as ações do governo.

Depois de Lang, o Ministério vai se burocratizando e perdendo sua capacidade de pautar o debate no campo cultural.

A cultura passou a sofrer uma “fadiga política”, deixou de ser um “problema” e se transformou em uma área de atuação estatal como outra qualquer. O

próprio ex-ministro Jack Lang (2006) reconhece que, décadas após sua gestão, a cultura não está mais no “coração da consciência pública” e já não há “projetos mobilizadores”, muito menos “realizações emblemáticas”. O grande desafio para o ex-ministro é saber em que medida “a política é capaz de definir o rumo, de mobilizar as energias por um objetivo de transformação, de ir em frente” (LANG, 2006, p. 150).





A POLÍTICA CULTURAL NO BRASIL: BREVE RETROSPECTIVA

Depois de observarmos, ainda que rapidamente, as importantes e distintas experiências de política cultural dos Estados Unidos, onde prevalece a lógica do mercado, e da França, na qual o poder público se faz mais presente, podemos acompanhar um pouco da trajetória das relações entre o Estado e a cultura no Brasil.

Se remontarmos ao período colonial, observaremos que a metrópole portuguesa, ou seja, até a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido, em 1808 (com a vinda da corte de D. João VI para o Rio de Janeiro), não investiu na formação de um campo cultural minimamente estruturado, nem possibilitou a sua configuração a partir da iniciativa privada. A metrópole adotou uma política de fechamento intelectual na colônia para evitar a propagação de quaisquer ideias inconvenientes aos interesses da corte portuguesa.

Não é possível perceber nos duzentos anos iniciais da história brasileira algo que se aproximasse minimamente de uma atuação, mesmo que pontual e não sistêmica, da Coroa no campo da produção simbólica. Esse mínimo só se deu quando Marquês de Pombal empreendeu sua reforma iluminista e permitiu a constituição de um sistema de instrução na colônia. Neste clima de abertura, o vice-rei do Brasil, D. Luís de Vasconcelos, criou, em fins do século XVIII, um gabinete de história natural denominado “Casa dos Pássaros”, primeiro formato do que seria o Museu Nacional.

Esses primeiros e tímidos ensaios de iniciativa pública na promoção cultural ganharam impulso com a chegada da Corte. Em 1816, D. João financiou a vinda de uma missão de artistas franceses que iriam criar, dez anos depois, a Imperial Academia das Belas-Artes. No mesmo ano, foi criada a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios. Surgiram ainda no período de permanência da Corte portuguesa: a Escola de Marinha (1808); um observatório astronômico (1809); a Academia Militar (1811); a Imprensa e a Biblioteca Reais (1808 e 1811, respectivamente); o Real Jardim Botânico (1819); a Capela Real; o Museu Real; o Teatro Real de São Carlos; o Real Colégio de São Joaquim (futuro Pedro II). Além da criação de instituições e equipamentos, deve-se ressaltar a proteção, materializada em apoio financeiro e distinções honoríficas, que D. João dispensou a artistas e intelectuais.

Tal contexto favorável às artes e aos conhecimentos, que o Brasil conheceu durante a permanência de D. João e a Corte, só voltou a ganhar novos ares e im-

pulsos durante o longo reinado de Pedro II, que deu continuidade à construção institucional inaugurada no começo do século. Por exemplo, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838, com apoio de sua revista criada no ano seguinte, funcionou como importante centro de estudos e de estímulo à vida intelectual nacional. Ocorreram outros importantes investimentos em equipamentos e apoios a projetos artístico-culturais, como o Conservatório Nacional de Música e a fundação da Imperial Academia de Música e Ópera Nacional em 1857; o apoio às artes plásticas com as atividades da Academia das Belas-Artes etc.

Na realidade, não é possível ver nas atitudes ilustradas e no mecenato de D. Pedro II a inauguração de uma política cultural nacional. O que não viria a ocorrer também na Primeira República, que em seu formato oligárquico não conseguiu (ou não se interessou) em criar as condições para o surgimento de tal política. Outras transformações deverão passar o Brasil além da independência e a proclamação da República para que possamos observar algumas mudanças efetivas nas esferas da cultura política e da política cultural

Como primeiro momento destas transformações, temos a revolução de 1930 que instaura a Era Vargas (1930-45). Quando assume o governo, Getúlio Vargas procura unir o país em torno do poder central, retirando as forças das oligarquias estaduais. Há uma intenção de construir o sentimento de “brasilidade” por parte dos “revolucionários” no poder. A educação e a cultura assumem, nesse contexto, um lugar de destaque.

Para elaborar essa imagem, o Estado precisa contar com os intelectuais e artistas, conhecedores de nossas manifestações culturais. Tal fato acontece com a “construção institucional” de espaços, físicos ou simbólicos, onde os intelectuais e artistas possam pensar e trabalhar em prol do caráter nacional. O exemplo maior é

a criação do Ministério da Educação e Saúde em 1930 que, tendo à frente Gustavo Capanema, participa ativamente do cenário cultural brasileiro.

Ainda no início da década, surge a Superintendência de Educação Musical e Artística (SEMA), dirigida por Heitor Villa-Lobos, conhecido como o “compositor do regime”.

Outras instituições culturais que aparecem nessa “era das siglas: Serviço Nacional de Teatro (SNT), Instituto Nacional do Livro (INL), Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE), várias bibliotecas, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), museus (por exemplo, o Museu Nacional de Belas Artes)

e cursos de ensino superior. É criado, também, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que encarrega-se, entre outras coisas, da censura e da propaganda governamental, difundindo a ideologia do Estado Novo junto à população. O órgão tinha sob suas ordens várias áreas: radiofusão, teatro, cinema, turismo e imprensa.

Um outro momento que também vai observar a intervenção sistemática do Estado no campo cultural é o período do regime militar instaurado no país com o golpe de 1964. **Mais uma vez, a cultura é percebida como elemento central na garantia da nacionalidade.** Assim, o governo militar não pretende restringir-se a uma ação repressora na cultura tanto que já em 1966 é criado o Conselho Federal de Cultura (CFC). O CFC reúne intelectuais renomados, de perfil conservador, próximos ao poder e escolhidos entre instituições consagradas como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Academia Brasileira de Letras.

A “construção institucional” do Estado militar na cultura ficou quase que limitada às áreas de mercado restrito e dependentes de uma produção artesanal como a música erudita, as artes plásticas, o teatro etc. A única exceção é a do cinema. Com a criação em 1966 do Instituto Nacional de Cinema (INC) e em 1969 da Embrafilme. Mesmo assim, essas entidades surgem dentro de uma política de boa vizinhança com as empresas estrangeiras de cinema. Motivado por uma tendência “conservacionista”, o Estado assume o papel de protetor do acervo histórico e artístico nacional e dos gêneros que só conseguem sobreviver com o apoio governamental.

A estruturação da política cultural ganha nova dinâmica no governo Geisel (1974/1978), durante a gestão de Ney Braga no Ministério de Educação e Cultura (MEC). Esse período representa o ápice da busca em adequar uma ação cultural às pretensões políticas do regime. É quando a área da cultura passa por um amplo desenvolvimento com a implantação do Conselho Nacional de Direito Autoral e do Conselho Nacional de Cinema, o lançamento da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, a reformulação da Empresa Brasileira de Filmes, a criação da Fundação Nacional de Artes, a expansão do Serviço Nacional do Teatro, entre outros acontecimentos. **Em 1975, é lançada também a Política Nacional de Cultura (PNC), primeiro plano de ação governamental no país que trata de princípios norteadores de uma política cultural.**

O governo José Sarney, o primeiro após o regime militar, é marcado pela **criação do Ministério da Cultura (MinC) em março de 1985, demanda de parte dos intelectuais, em especial daqueles ligados ao CFC.** Contudo, a criação do MinC

não correspondeu ao estabelecimento de uma nova política cultural. Pelo contrário, o que aconteceu foi uma desagregação dos órgãos que migraram do MEC com a sobreposição de poderes, uma vez que tais órgãos trabalhavam com relativa autonomia. Além disso, o próprio público que lidava com a extinta Secretaria de Cultura ficou desorientado, pois se extinguíram os canais de comunicação anteriores. Somado a isso, a dificuldade em encontrar um ministro, pois a pasta era pouco desejada entre os políticos.

O único dos cinco ministros que passou mais de dois anos no cargo foi Celso Furtado. Foi ele quem acabou estruturando o MinC, organizando-o internamente e imprimindo suas linhas fundamentais. Na sua gestão aconteceu uma das mais importantes mudanças nas políticas culturais brasileiras: a introdução no setor das leis de incentivo. **A Lei nº 7.505 de 02 de julho de 1986, conhecida como Lei Sarney, tornou-se um marco no país do formato norte-americano de política cultural**, ou seja, que se apoia em leis de dedução de impostos, em contraposição ao modelo francês, que defende a presença direta do Estado, como vimos anteriormente - modelo que, historicamente, teve mais influência no Brasil.

A tentativa de criar um estrutura administrativa ágil para o ministério, estabelecer canais democráticos de gestão, a busca de parcerias com a sociedade, inclusive com os setores privados, por meio da Lei Sarney, a percepção ampliada de cultura, para além da visão restrita de cultura erudita, percebendo, inclusive, sua função social, estas eram as propostas de Celso Furtado para o MinC.

Infelizmente, na avaliação de Botelho (2001), que foi da assessoria técnica da Funarte entre 1978 e 1996, Furtado não conseguiu efetivar suas ideias, tanto de organização administrativa, quanto de sua política cultural. A máquina não se democratizou, permanecendo refém da lógica autoritária e burocrática, não constituindo espaços de discussão e elaboração de políticas, apesar da criação do Conselho de Política Cultural que reunia instituições e secretários de cultura com o ministro. A saída prematura de Celso Furtado do MinC, no momento em que começavam a se consolidar vias de comunicação do ministro e sua equipe, tanto internamente com os órgãos, quanto externamente com o público preferencial do ministério, significou, novamente, o enfraquecimento da pasta.

Não é de se estranhar que na onda liberalizante implantada no governo seguinte, o de Fernando Collor, um ministério descapitalizado tanto politicamente, quanto simbolicamente, fosse imediatamente extinto, sem que houvesse, inclusive, maio-

res reações contrárias por parte dos agentes do campo cultural. Junto com o Ministério, transformado em Secretaria, vários órgãos e instituições, com experiências de décadas como o SPHAN, a EMBRAFILME e a FUNARTE também deixaram de existir.

Seguindo o precedente aberto pela Lei Sarney, o então Secretário de Cultura Sérgio Paulo Rouanet instituiu em 1991 o Programa Nacional de Incentivo à Cultura, que ficou mais conhecido como **Lei Rouanet, na realidade, uma adaptação da lei anterior de incentivo à cultura, a Lei Sarney**. A Lei Rouanet, junto com a Lei do Audiovisual, criada em 1993, constituem até hoje os principais mecanismos federais de financiamento da cultura, mesmo após tantos anos e governos.

Saiba mais na cartilha “Fomento à cultura”

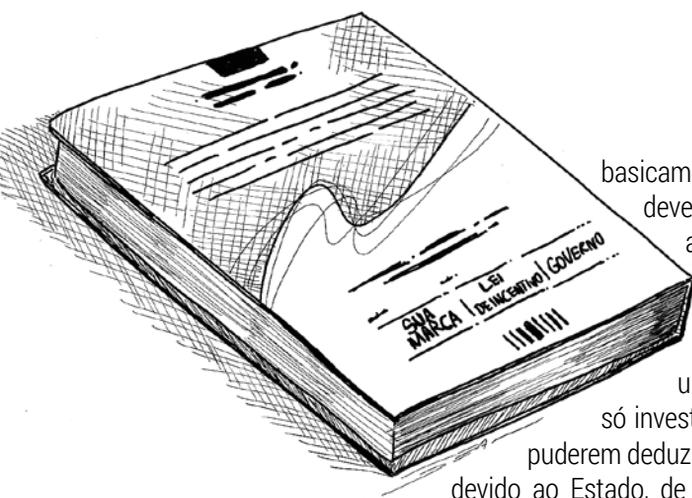
Com o impeachment de Collor e a ascensão de Itamar Franco à presidência, observa-se a recriação do MinC em 1992. No entanto, como no período anterior, o ministério estava totalmente descapitalizado economicamente e simbolicamente, o que se expressa na rápida sucessão de ministros: em pouco mais de dois anos (novembro de 1992 – dezembro de 1994), assumiram Antônio Houaiss, José Jerônimo Moscardo de Souza e Luiz Roberto do Nascimento e Silva.

Nos dez anos compreendidos entre 1985 e 1994, a pasta da cultura teve dez diferentes responsáveis, tornando impossível a definição de políticas culturais consistentes. Este período é um exemplo da instabilidade nas políticas de cultura do país e o conseqüente desperdício de recursos orçamentários e humanos.

Saiba mais na cartilha “Planos de Cultura”

A estabilidade do MinC só foi alcançada com os oito anos de governo de Fernando Henrique Cardoso quando teve como único gestor Francisco Weffort. Nesse período, a política cultural teve como seu fundamento ideológico a proposição de que a “cultura é um bom negócio” e como principal suporte as leis de incentivo (Rouanet e do Audiovisual). Tal opção se alinhava com a política mais ampla do governo FHC, apoiada no ideário neoliberal, de privatização das empresas públicas e conseqüente diminuição do papel do Estado.

A escolha desse modelo teve conseqüências funestas para o campo cultural do país, pois, com o passar do tempo, as empresas passaram a patrocinar os eventos



basicamente por meio das leis e o que deveria ser uma legislação para atrair o empresariado para o patrocínio da cultura, tornou-se um instrumento de acomodação. Ou seja, de um modo geral, as empresas só investem em marketing cultural se

puderem deduzir o valor investido do imposto devido ao Estado, de preferência integralmente. É cada vez mais difícil encontrar um patrocinador para projetos onde o retorno para quem patrocina seja apenas o publicitário, como ocorria antes dos incentivos.

Por sua vez, **as leis Rouanet e do Audiovisual, desacompanhadas de uma política nacional de cultura, como ocorreu durante a gestão Weffort, ampliaram as desigualdades entre as regiões brasileiras no que se refere ao apoio à produção cultural.**

Como a região Sudeste concentra as sedes das principais empresas públicas e privadas do país, acabou por receber mais investimento do que as demais. Isto se reforçou pelo fato de que nesta região já se encontravam as principais empresas de produção cultural, portanto, melhores capacitadas para captar recursos junto ao empresariado.

A exigência de uma profissionalização crescente por parte dos artistas, que agora devem contar, de preferência, com uma equipe de profissionais de apoio (produtor, captador de recursos, pesquisador, profissional de marketing...) reforça uma outra desigualdade: a dos criadores que não possuem um nível mínimo de assessoria. Os motivos podem ser vários: atuarem em pequenas cidades onde não existem estes profissionais, não possuem capital financeiro para contratar assessores, não deterem capital cultural que os habilitem a compreender as novas regras do campo etc. Mas o resultado é o mesmo: tendo que concorrer pelas mesmas fontes de financiamento, os pequenos produtores culturais perdem a competição para os macros.

“

Outra crítica bastante comum por partes dos artistas e produtores é a de que as empresas, mesmo com as facilidades financeiras e fiscais, só se interessam por projetos que tenham visibilidade midiática e/ou sucesso de público.

”

Projetos em áreas tradicionalmente com pouca e nenhuma repercussão junto aos meios de comunicação e ao grande público, como as artes cênicas, ou os projetos de experimentação de linguagem, de qualquer que seja a área, encontram muitas dificuldades para captar recursos pelas leis de incentivo federais, estaduais e municipais.

Com a posse de Luís Inácio Lula da Silva em 2003, o formato neoliberal defendido no governo anterior foi modificado, apesar de alguns de seus elementos permanecerem até os dias de hoje. No campo cultural, por exemplo, temos a permanência das leis de incentivo como pilares fundamentais do financiamento da cultura, mesmo com o significativo crescimento do orçamento do MinC.

Dentro desse novo momento político, o MinC assume, com as gestões dos ministros Gilberto Gil, Juca Ferreira, Ana de Hollanda e Marta Suplicy, apesar das diferenças entre eles, um papel mais presente e, portanto, propositivo no campo cultural brasileiro. Trata-se de um Ministério que, seguindo o Art. 215 da Constituição de 1988, não se furta de seu papel, qual seja, o de elaborar e executar a política pública de cultura do país. Nesse sentido, um dos principais legados de tais gestões é o processo de **fortalecimento institucional** iniciado com Gil, o que resultou nas Conferências, no Plano e no Sistema Nacional de Cultura,

Saiba mais na cartilha “Sistema de Cultura”

em programas estruturantes como o Cultura Viva, onde se encontram os Pontos de Cultura, que são talvez a mais emblemática ação tanto de Gil, quanto de Ferreira.

À participação da sociedade, por meio de conferências, conselhos, consultas e seminários promovidos ou motivados pelo MinC em todo o país, soma-se a ampliação operacional do conceito de cultura que passa a englobar setores marginalizados pelas políticas culturais anteriores como indígenas, quilombolas e ciganos. Sintomática, nesse sentido, é a criação em 2003, junto com a reformulação do MinC, da Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural.

Tais movimentos, entre outros operados pelo MinC, vêm ampliando a noção de cidadania cultural, agregando novos valores e direitos àqueles já conquistados, fortalecendo a cultura entendida como direito fundamental.



POLÍTICA CULTURAL NA BAHIA: ALGUNS APONTAMENTOS

Por fim, vamos fazer uma breve análise da atual política cultural na Bahia. Para tanto, é preciso, antes, examinar o período imediatamente anterior, para que possamos perceber as profundas transformações ocorridas. Naquele período existia uma Secretaria de Cultura e Turismo (SCT), criada em 1995, com a finalidade expressa de “executar a política governamental destinada a apoiar a cultura e preservar a memória e o patrimônio cultural do Estado e promover o desenvolvimento do turismo e do lazer”. Havia, portanto, a opção institucional de trabalhar conjuntamente cultura-memória-turismo sob a hegemonia do terceiro vetor (turismo/lazer) – um dos vetores dinâmicos da economia contemporânea, voltada cada vez mais para o setor de serviço.

O fato do primeiro Secretário, Paulo Gaudenzi, ter vindo da Bahiatursa, empresa governamental de turismo, sinaliza a hegemonia dos interesses do setor sobre os demais. Em seu texto, “Bahia – segundo polo turístico do Brasil”, Gaudenzi defende a Bahia como destino privilegiado do turismo nacional e internacional por oferecer “natureza preservada, cenários exóticos e diversificados, oportunidades de convívio com populações de culturas diferentes, novas experiências e emoções”. A Bahia (sua gente, sua cultura, sua natureza) é apresentada dessa forma como um produto, e dos melhores, no mercado do turismo globalizado.

O tom mercadológico permanece mesmo quando o discurso oficial se refere mais diretamente à cultura. O investimento no setor se justifica basicamente por seu retorno econômico. É o que podemos deduzir do “Relatório 1995-1998” produzido pela STC. O texto de abertura do documento intitula-se “Cultura na Bahia. Cultura – também um fator econômico”. Aí podemos ler que o incentivo governamental à produção e à criação cultural, bem como à preservação do patrimônio, “contribuiu decisivamente para que, hoje, a Bahia seja reconhecida como um dos maiores polos exportadores de cultura do país”. De modo que a cultura e o turismo são “dois dos mais ativos setores do desenvolvimento econômico e social da Bahia, cujo desempenho tem apresentado excepcionais resultados para o Estado, em termos de imagem e geração de emprego e renda”. O discurso institucional da SCT transcende os limites do estado e conforma a visão que os de fora têm sobre os baianos.

Essa matriz atravessa os anos com poucas reformulações e só vai ser superada em 2006 com a eleição para o Governo do Estado de Jaques Wagner, que estabelece em seu governo um alinhamento político com a esfera federal, que se estreita ainda mais no campo da cultura.

Os secretários de cultura a partir de 2006, Márcio Meirelles, (diretor de teatro e gestor cultural), e, atualmente, Albino Rubim, professor universitário e pesquisador de temas ligados à cultura, estabelecem novos rumos na política cultural baiana. A sinalização institucional mais importante nesse sentido é a criação de uma Secretaria de Cultura desvinculada do turismo.

Em termos da orientação político-cultural, a grande inovação das gestões dos dois secretários foi perceber a diversidade da Bahia, para além do Recôncavo, descentralizando e, portanto, democratizando os programas e ações. Tal processo de quebra de uma “baianidade monolítica” se dá a partir de procedimentos tais como a realização das conferências estaduais de cultura, da implantação dos pontos de cultura, da criação do Centro de Culturas Populares e Identitárias (CCPI), voltado para atender a “diversidade – da cultura do sertão, de matrizes africanas, indígena e ainda tratar de políticas culturais para a infância, juventude, 3ª idade, mulher e LGBT”. A institucionalização de uma política cultural que opera com os 27 “territórios de identidade” do Estado da Bahia, pode ser considerada uma importante ação de descentralização de poder ocorrida na atual gestão.

O Território de Identidade é uma estratégia de desenvolvimento, que agrupa municípios com afinidades sociais, culturais, históricas, econômicas, geográficas etc., criada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, a partir de 2003. Em 2007, a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia adotou esta divisão do território baiano. Hoje são reconhecidos 27 Territórios de Identidade na Bahia.

Saiba mais na cartilha “Território e Identidade”

A Secretaria de Cultura desde o início incorporou a proposta dos territórios de identidade e motivada pelo reconhecimento da dimensão e da diversidade da Bahia que impõem à política cultural a necessidade de atuação regionalizada em seus diferentes territórios, territórios estes definidos a partir do sentimento de pertencimento dos municípios e cidadãos com relação ao seu território. O objetivo desta estratégia de gestão e política é estimular a cooperação e articulação regional, de modo a transformar os territórios em agentes da transformação do desenvolvimento cultural do estado. Assim, a Secretaria de Cultura incentiva a constituição de consórcios intermunicipais de cultura que funcionam como instrumentos de governança dos territórios.

Saiba mais na cartilha “Redes e Consórcios”

A troca de secretário no segundo governo Jaques Wagner, **significou, em vários aspectos, uma solução de continuidade do processo anterior, apesar das naturais inovações agregadas pela nova gestão.** Segundo Albino Rubim (2013), a Secretaria de Cultura passou a ser orientada pelas seguintes diretrizes:

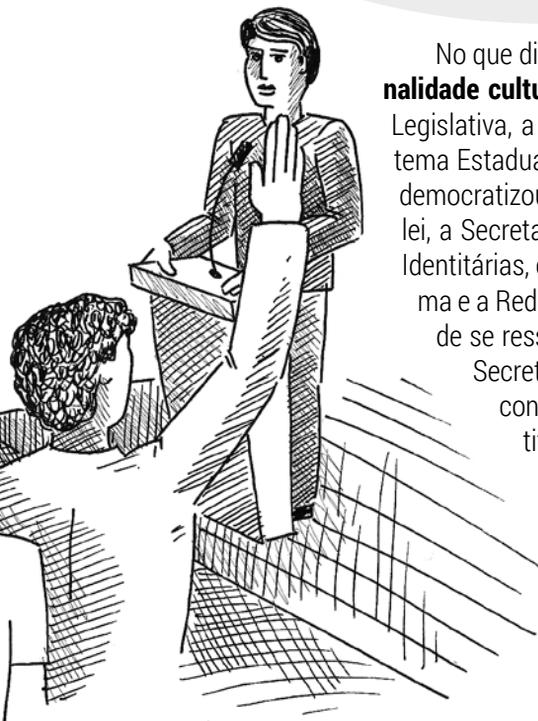
- construção de uma cultura cidadã,
- aprofundamento da territorialização da cultura,
- fortalecimento da institucionalidade cultural,
- crescimento da economia da cultura,
- ampliação dos diálogos interculturais e
- alargamento das transversalidades da cultura.

A construção de uma **cultura cidadã** diz respeito à predominância de valores democráticos, como os de equidade e de respeito à diversidade e a superação de valores autoritários. Diante disso, a Secretaria de Cultura reforçou os processos de participação da sociedade e se engajou em todos os embates que apontavam para o fortalecimento da democracia cultural.

Quanto ao aprofundamento da **territorialização**, destacam-se, entre outras atividades e programas, as caravanas realizadas semestralmente que permitem que dirigentes da Secretaria se desloquem pelos municípios. Tal ação propicia o conhecimento dos territórios e dos agentes culturais e, conseqüentemente, possibilita a elaboração de políticas culturais mais adequadas às realidades territoriais.

A Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura (Sudecult) é o órgão diretamente responsável pela política de territorialização da cultura da SECULT-BA. Sua atuação está concentrada em três frentes:

- Institucionalização da Cultura nos municípios do estado, através dos Representantes Territoriais de Cultura e convênio com a Associação dos Dirigentes Municipais de Cultura (Adimcba);
- Fomento à Cidadania Cultural, através dos Pontos de Cultura, Pontinhos de Cultura e Jovens Multiplicadores;
- e Acesso à fruição e produção cultural, através dos 17 Espaços Culturais do Estado, distribuídos em 12 municípios baianos.



No que diz respeito ao **fortalecimento da institucionalidade cultural**, em 2011, foi aprovada na Assembleia Legislativa, a Lei Orgânica da Cultura que institui o Sistema Estadual de Cultura, o Plano Estadual de Cultura e democratizou o Conselho Estadual de Cultura. Além da lei, a Secretaria criou o Centro de Culturas Populares e Identitárias, o Centro de Formação em Artes e o Programa e a Rede de Formação e Qualificação em Cultura. É de se ressaltar também o esforço empreendido pela Secretaria de organizar os colegiados setoriais, a constituição de associações de amigos de instituições culturais e já referenciados consórcios intermunicipais de cultura.

Para o crescimento da economia da cultura, a Secretaria tem agido em diferentes frentes.

A Superintendência de Promoção Cultural (Suprocult) é responsável por coordenar o Sistema Estadual de Fomento e Financiamento da Cultura, em especial o Programa de Incentivo ao Patrocínio Cultural (FAZCULTURA) e as linhas de apoio financiadas com recursos do Fundo de Cultura da Bahia (FCBA): editais setoriais, mobilidade artístico cultural, eventos culturais calendarizados e ações continuadas de instituições culturais. Compete ainda à Suprocult a coordenação do Sistema de Indicadores e Informação em Cultura (SIIC), a articulação e coordenação da Secretaria de Cultura em temas relacionados à Economia Criativa, com destaque para a execução do Qualicultura e Criativa Birô.

É importante destacar, entre outras ações, a construção de um plano de desenvolvimento da Economia Criativa na Bahia, que deve orientar a atuação das instituições nesta área nos próximos 20 anos e a implantação do Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC), que vai garantir informações para o desenvolvimento da economia da cultura na Bahia. Além disso, a Secretaria de Cultura tem buscado diversificar e tornar mais acessíveis por meio de seleções públicas seus procedimentos de financiamento à cultura nas três modalidades: o Fundo de Cultura da Bahia, o programa de incentivo cultural intitulado FazCultura e o microcrédito cultural. Assim, desde 2012 o Fundo trabalha com editais por setores culturais, o que permitiu ampliar sua abrangência e imprimir uma periodicidade anual.

Saiba mais: confira o caderno temático “Fomento à Cultura”

Outro programa de destaque, implementado pela Fundação Cultural do Estado da Bahia, vinculada à SECULT-BA, é o Calendário das Artes que, apesar de recursos menores, possui procedimentos simplificados e liga-se ao processo de implantação territorial, mobilizando as comunidades artístico-culturais em toda a Bahia. A Secretaria também tem apoiado a criação de circuitos culturais alternativos no interior do estado e nas periferias de Salvador.

Os **diálogos interculturais** objetivam ampliar as trocas e os fluxos culturais que configuram a cultura baiana, como, por exemplo, o Encontro das Culturas Negras, iniciado em novembro de 2012, que promove diálogos entre as culturas negras baianas com as nacionais e as internacionais. Outro projeto fundamental é a Celebração das Culturas dos Sertões, que teve sua segunda edição em 2013 e visa fortalecer as culturas sertanejas. Os diálogos ocorrem também quando da circulação cultural promovida pela Secretaria por meio do Verão Cênico (circulação da produção teatral baiana), do Balé do Teatro Castro Alves e da orquestra NEOJIBA.

Por fim, o **alargamento das transversalidades da cultura** implica na sua articulação com áreas afins tais como educação, comunicação, ciência e tecnologia, turismo, economia, urbanismo etc. Isto resulta em trabalho de parceria entre a Secretaria de Cultura e as outras Secretarias e instituições do Governo Estadual e Federal. A interface Cultura e Educação tem sido priorizada nos últimos anos por ter efeitos concretos em todas as dimensões da cultura e por formar a base para as diferentes frentes de trabalho abertas pela SECULT-BA. O fortalecimento da economia da cultura, assim como a territorialização e a democratização das políticas cul-



turais exigem a presença de cidadãos e cidadãos qualificados para a participação ativa neste processo.

Mesmo com esse conjunto de iniciativas, como avalia o secretário Albino Rubim (2013), não deixam de existir impasses entre a formulação e a execução das políticas, causados pelos limites dos recursos humanos e financeiros, bem como dos procedimentos burocráticos, limites estes ainda mais prejudiciais ao campo cultural, historicamente fragilizado e desprezado pelos governos. O que só reforça a necessidade da participação dos diversos agentes sociais e culturais no âmbito da proposição e fiscalização das políticas culturais, no sentido de reforçá-las e transformá-las em políticas de governo e de Estado, seja no âmbito municipal, estadual ou federal.





REFERÊNCIAS

- BARBALHO, Alexandre. A política cultural segundo Celso Furtado. In: BARBALHO, Alexandre et al (org). **Cultura e desenvolvimento: perspectivas políticas e econômicas**. Salvador: UFBA, 2011. p. 107-128.
- BARBALHO, Alexandre. **A modernização da cultura. Políticas para o audiovisual nos governos de Tasso Jereissati e Ciro Gomes**. Fortaleza: UFC, 2005.
- BARBALHO, Alexandre. **Estado, mídia e identidade: políticas de cultura no Nordeste contemporâneo**. Alceu, Rio de Janeiro, v.4, n. 8, 2004, pp. 156-167.
- BARBALHO, Alexandre. **Relações entre Estado e cultura no Brasil**. Ijuí: Unijuí, 1998.
- BOLÁN, Eduardo Nivón. **La política cultural: Temas, problemas y oportunidades**. Cidade do México: Conaculta, 2006.
- BOTELHO, Isaura. **Romance de formação: FUNARTE e política cultural (1976-1990)**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Ruy Barbosa, 2001.
- CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil. Dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- CANCLINI, Néstor García. Definiciones en transición. In: MATO, Daniel. **Cultura, política y sociedad. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 69-81.
- CANDIDO, Antonio. Prefácio. In: MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: Ed. Difel, 1979. p.ix-xiii.
- COELHO NETO, José Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. Cultura e imaginário. São Paulo: Iluminuras, 1997.
- COSTA, João Cruz. As ideias novas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.). **História geral da civilização brasileira**. Tomo II, volume 1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 203 – 216.
- COUTO, Cláudio Gonçalves; ARANTES, Rogério Bastos. Constituição, governo e democracia no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 21 no. 61, São Paulo, jun/2006, p. 41-62. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092006000200003. Acessado em 20/set/2012.
- DJIAN, Jean-Michel. **Politique culturelle: la fin d'un mythe**. Paris: Gallimard, 2005.
- GONÇALVES, Alcindo. O conceito de governança. In: **Anais do XIV Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito**. Fortaleza, 2005. Disponível em <http://conpedi.org.br/anais_fortaleza2005.html>. Acesso em: jan. 2012.
- LANG, Jack. Oser changer. **Le Débat**, n. 142, Paris, 2006, p. 148-152.
- MARTEL, Frédéric. **De la culture en Amérique**. Paris: Flammarion: 2006.
- MICELI, Sérgio. O financiamento das artes nos EUA: filantropia privada versus patrocínio governamental. In: MICELI, Sérgio; GOUVEIA, Maria Alice. **Política cultural comparada**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1985.
- GOUVEIA, Maria Alice. **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Ed. Difel, 1984. p.53-84: O processo de “construção institucional” na área cultural federal (anos 70).
- MILLER, Toby; YÚDICE, George. **Política cultural**. Barcelo: Gedisa, 2004.
- PINTO, Olivério. Explorações científicas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.). **História geral da civilização brasileira**. Tomo I, volume 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 181-198.
- RUBIM, Albino. **Políticas culturais na Bahia contemporânea**. In: BARBALHO, Alexandre; BARROS, José Márcio; CALABRE, Lia (org). **Federalismo e políticas culturais no Brasil**. Salvador: UFBA, 2013 (no prelo).
- RUBIM, Albino. Políticas culturais no Brasil: Tristes tradições, enormes desafios. In: BARBALHO, Alexandre; RUBIM, Albino (org). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: UFBA, 2007. p. 11-36.
- RUBIM, Albino. **Conferências e territórios**. Disponível em <http://www.cultura.ba.gov.br/2011/09/28/conferencias-e-territorios/>. Acessado em 03/10/2011
- TOURAINÉ, Alain. **Um novo paradigma**. Para compreender o mundo hoje. Petrópolis, Vozes, 2006.
- URFALINO, Philippe. **L'invention de la politique culturelle**. Paris: Hachette, 2004.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Governador do Estado da Bahia
JAQUES WAGNER

Secretário de Cultura
ANTÔNIO ALBINO CANELAS RUBIM

Chefia de Gabinete
RÔMULO CRAVO

Diretoria Geral
THIAGO PEREIRA

Superintendente de Desenvolvimento Territorial da Cultura
TAIANE FERNANDES

Superintendente de Promoção Cultural
CARLOS PAIVA

Diretor do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural
FREDERICO MENDONÇA

Diretora da Fundação Cultural do Estado da Bahia
NEHLE FRANKE

Diretora da Fundação Pedro Calmon
FÁTIMA FRÓES

Diretora do Centro de Culturas Populares e Identitárias
ARANY SANTANA

COLEÇÃO POLÍTICA E GESTÃO CULTURAIS

Coordenação editorial
P55 Edições

Coordenação de conteúdo
Secretaria de Cultura do Estado da Bahia

Ilustrações
Jean Ribeiro

Impressão e acabamento
Gráfica Cartograf

P55 EDIÇÕES

www.p55.com.br

Impressão e acabamento em Salvador, Bahia, em setembro de 2013.
Direitos desta edição reservados à P55 Edições e à Secretaria de Cultura do Estado da Bahia.
Nenhuma parte pode ser duplicada ou reproduzida sem a expressa autorização.

COLEÇÃO
**POLÍTICA E
GESTÃO
CULTURAIS**

- Política Cultural
- Legislações Culturais
- Sistemas de Cultura
- Planos de Cultura
- Conselhos de Cultura
- Fomento à Cultura
- Participação, Consulta e Controle Social
 - Gestão Cultural
 - Redes e Consórcios
 - Território e Identidade